



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1613490 - SP (2016/0183421-1)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADO : LUIZ ANTONIO DE AGUIAR MIRANDA E OUTRO(S) - SP093737
RECORRIDO : TAM LINHAS AÉREAS S/A
ADVOGADOS : EDUARDO LUIZ BROCK - SP091311
SOLANO DE CAMARGO - SP149754
FABIO SANTOS PEDROSO E OUTRO(S) - SP295660

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/73.** AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. SUBROGAÇÃO NOS DIREITOS DO SEGURADO. PRAZO DE PRESCRIÇÃO 2 ANOS. CONVENÇÃO DE VARSÓVIA. PRECEDENTE STF. RE Nº 636.331/RJ. TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO GERAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO

DECISÃO

CHUBB DO BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS (CHUBB) ajuizou ação regressiva contra TAM LINHAS AÉREAS S.A. (TAM) tendo por base o contrato de seguro de bagagem firmado com Alexandre que teve sua bagagem extraviada e voo internacional operado pela requerida. Pleiteou o ressarcimento do valor pago à título de indenização.

Em primeiro grau, a ação foi julgada procedente.

A TAM apelou e o TJ/SP reconheceu, de ofício, a prescrição nos termos do acórdão, assim ementado:

Ação regressiva. Ressarcimento. Seguro. Prescrição Ocorrência - Incidência do art. 206, § 1º, II, do Código Civil. Reconhecimento ex officio. Possibilidade prevista no artigo 219, § 5º do CPC. Recurso voluntário prejudicado (e-STJ, fl. 140).

Os embargos de declaração opostos pela CHUBB foram rejeitados (e-STJ, fls. 161/164).

Irresignada, a CHUBB interpôs recurso especial com fulcro no art. 105, III, a e c, da CF, sustentando a **(1)** violação dos arts. 29, do Decreto nº 20.704/31, Pacto de Varsóvia; 35, Decreto 5.910/2006, Convenção de Montreal, 206, § 3º, V, do CC/02; 317, da Lei nº 7.565/86 e 27, do CDC porque (i) o prazo prescricional aplicado para os casos de ressarcimento de danos a carga ou bagagem prescreve em 2 anos a contra das chegada da aeronave e, considerando a existência de relação de consumo entre a

TAM e o segurado, (ii) deve ser aplicado o prazo de 5 anos previsto no CDC; e (2) existência de dissídio jurisprudencial sobre a prescrição quinquenal nos casos de ação regressiva movida pela seguradora contra a transportadora (e-STJ, fls. 166/192).

Foram apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fls. 228/239).

O recurso foi admitido.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(1) e (2) Da prescrição e subrogação

CHUBB sustentou a violação dos arts. 29, do Decreto nº 20.704/31, Pacto de Varsóvia; 35, Decreto 5.910/2006, Convenção de Montreal, 206, § 3º, V, do CC/02; 317, da Lei nº 7.565/86 e 27, do CDC porque (i) o prazo prescricional aplicado para os casos de ressarcimento de danos a carga ou bagagem prescreve em 2 anos a contar da chegada da aeronave e, considerando a existência de relação de consumo entre a TAM e o segurado, (ii) deve ser aplicado o prazo de 5 anos previsto no CDC. Aduziu a existência de dissídio jurisprudencial sobre a prescrição quinquenal nos casos de ação regressiva movida pela seguradora contra a transportadora.

O TJ/SP consignou no acórdão recorrido que (i) no caso de ação regressiva a prescrição é anua, nos termos do art. 206, § 1º, II, do CC/02 e (ii) o termo inicial é a data em que foi efetuado o pagamento, confira-se:

Ocorre que existe matéria prejudicial, qual seja, a prescrição, cujo reconhecimento pode ocorrer ex officio, nos termos do § 5º do art. 219 do Código de Processo Civil

Tenho que, em se tratando de ação regressiva, como é o caso dos autos, a prescrição é anua, conforme previsão do artigo 206, do §1º, inciso II, do Código Civil.

Importante destacar que o prazo prescricional de um ano começa a ser contado a partir de quando foi efetuado o pagamento pela seguradora ao segurado, pois é neste momento que ela se sub-roga [...] (e-STJ, fl. 141).

O acórdão recorrido encontra-se em consonância com o entendimento do STF que no julgamento do recurso RE nº 636.331/RJ, publicado no DJe 25/5/2017, firmou o entendimento de que as normas e os tratados internacionais devem ser aplicados às questões envolvendo transporte aéreo internacional, seja este de pessoas ou coisas, especialmente as Convenções de Varsóvia e de Montreal.

Confira-se a ementa do referido precedente:

Recurso extraordinário com repercussão geral. 2. Extravio de

bagagem. Dano material. Limitação. Antinomia. Convenção de Varsóvia. Código de Defesa do Consumidor. 3. Julgamento de mérito. É aplicável o limite indenizatório estabelecido na Convenção de Varsóvia e demais acordos internacionais subscritos pelo Brasil, em relação às condenações por dano material decorrente de extravio de bagagem, em voos internacionais. 5. Repercussão geral. Tema 210. Fixação da tese: "Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor". 6. Caso concreto. Acórdão que aplicou o Código de Defesa do Consumidor. Indenização superior ao limite previsto no art. 22 da Convenção de Varsóvia, com as modificações efetuadas pelos acordos internacionais posteriores. Decisão recorrida reformada, para reduzir o valor da condenação por danos materiais, limitando-o ao patamar estabelecido na legislação internacional. 7. Recurso a que se dá provimento

No referido julgamento o STF destacou que, no julgamento do RE 297.901-5, DJ 31/3/2006, de relatoria da Ministra Ellen Gracie, a Corte já havia decidido pela prevalência do prazo prescricional de pretensão indenizatória de dois anos, previsto na Convenção de Varsóvia, contra a previsão mais favorável do Código de Defesa do Consumidor.

A decisão está assim ementada:

PRAZO PRESCRICIONAL. CONVENÇÃO DE VARSÓVIA E CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

- 1. O art. 5º, § 2º, da Constituição Federal se refere a tratados internacionais relativos a direitos e garantias fundamentais, matéria não objeto da Convenção de Varsóvia, que trata da limitação da responsabilidade civil do transportador aéreo internacional (RE 214.349, rel. Min. Moreira Alves, DJ 11.6.99).*
- 2. Embora válida a norma do Código de Defesa do Consumidor quanto aos consumidores em geral, no caso específico de contrato de transporte internacional aéreo, com base no art. 178 da Constituição Federal de 1988, prevalece a Convenção de Varsóvia, que determina prazo prescricional de dois anos.*
- 3. Recurso provido*

No caso dos autos, trata-se de ação de regresso pelo pagamento de indenização por extravio de bagagem em voo internacional, sendo forçoso reconhecer a incidência do prazo prescricional de 2 anos, tal como estabelecido na Convenção de Varsóvia, a contar da data do pagamento.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXTRAVIO DE BAGAGEM. TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL. AÇÃO REGRESSIVA. SEGURADORA CONTRA O CAUSADOR DO DANO. PRESCRIÇÃO. CDC. NÃO APLICAÇÃO. CONVENÇÃO DE MONTREAL. INCIDÊNCIA. TESE FIXADA EM REPERCUSSÃO GERAL. INOVAÇÃO RECURSAL.

- 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*
- 2. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável ao contrato de transporte de cargas realizado entre a seguradora e a companhia aérea, visto se*

tratar de relação mercantil. Precedentes.

3. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário nº 636.331/RJ, sob o regime da repercussão geral, consolidou o entendimento de que as normas e os tratados internacionais devem ser aplicados às questões envolvendo transporte internacional, seja este de pessoas ou coisas, especialmente as Convenções de Varsóvia e de Montreal.

4. Não é possível a análise da tese alegada apenas nas razões do agravo interno por se tratar de evidente inovação recursal.

5. Agravo interno não provido.

(AglInt no REsp 1.711.866/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 13/3/2018, DJe 27/3/2018 - sem destaque no original)

Constou no acórdão recorrido que o pagamento pela seguradora foi efetuado aos 18/9/2012 e a ação interposta aos 6/3/2014, assim, no momento da interposição da ação de regresso não havia transcorrido o prazo prescricional de 2 anos.

Portanto, é necessário o afastamento da prescrição e retorno dos autos ao TJ/SP para que realize o julgamento do recurso de apelação como entender de direito.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 24 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator